

Proposta da Administração

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Assembleia Geral Ordinária

26 de abril de 2018

Karsten

Karsten!Decor

Karsten
— Atelier —

casa **in**

T R U S S A R D I

ÍNDICE

Proposta de Remuneração dos Administradores	3
Comentários dos Administradores (Item 10 da IN CVM nº 480)	4
Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481)	14
Assembleia e Administração (Itens 12.5 a 12.10 da IN CVM nº 480)	15
Remuneração dos Administradores (Item 13 da IN CVM nº 480)	20

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A REMUNERAÇÃO DOS
ADMINISTRADORES**

A Companhia propõe, para o exercício de 2018, a remuneração global anual máxima dos administradores de até R\$ 7.019.439,64 (sete milhões, dezenove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), a partir de 01/01/2018, acrescidos dos encargos previstos em lei.

A sugestão aplica o mesmo reajuste que foi negociado na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, ou seja, 1,73%.

Caberá ao Conselho de Administração, conforme determinação estatutária, a atribuição das remunerações dos diretores e dos seus próprios membros.

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA
(ITEM 10 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)**

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração efetuou a avaliação sobre a capacidade da continuidade das operações da Companhia, a qual está baseada em medidas para a diminuição do endividamento e a recuperação da lucratividade. Para melhorar o resultado, a Companhia está trabalhando nas seguintes frentes para reestruturação operacional/comercial:

- Redução da necessidade de capital de giro através de melhorias nos processos internos;
- Investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos de última geração que serão utilizados na modernização dos processos produtivos, visando redução de custos, aumento da produtividade, automatização de processos e melhorias na qualidade do produto;
- Interlocução junto aos credores das debêntures, visando alterar o cronograma de amortização de forma a adequar o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. Essa adequação está levando em conta as necessidades de investimentos para os próximos anos, necessários para retomada dos resultados positivos e diminuição da alavancagem financeira;
- Melhoria do mix e qualificação do portfólio de produtos;
- Melhoria da margem de contribuição através da substituição de linhas de baixo retorno;
- Aumento da participação das linhas mais rentáveis no faturamento da Companhia;
- Para o ano de 2018, a Companhia continuará com a expansão do varejo, com foco no “*E-commerce*”.

Com estas medidas a Administração espera que os resultados futuros demonstrem um melhor equilíbrio financeiro e a melhora dos resultados.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. **Hipótese de resgate:** a Companhia não prevê o resgate de suas ações no mercado devido à estratégia de estrutura de capital.

ii. **Fórmula de cálculo do valor de resgate:** Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Diversas medidas adotadas pelos Administradores, tem permitido à Companhia honrar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros. Implantação de orçamento base zero, foco na redução de estoques, de custos e demais despesas, bem como renovação do parque fabril, foram as principais medidas adotadas.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A demanda de capital de giro e parte dos investimentos em ativos não circulantes tem sido suprida por operações contratadas junto a instituições financeiras nacionais. Investimentos não cobertos por linhas de financiamento bancárias são financiados pelos próprios fabricantes de equipamentos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Eventuais deficiências de liquidez deverão ser cobertas pela utilização de linhas de crédito disponíveis no mercado, que atendam às necessidades e políticas da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os níveis de endividamento ainda refletem os resultados dos últimos exercícios, evidenciando elevado grau de alavancagem. O principal componente do endividamento refere-se a uma emissão de debêntures, realizada com o objetivo de alongar o endividamento da Companhia. Em relação as demais dívidas, destacam-se operações de curto e longo prazo

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

destinadas ao reforço do capital de giro (CCE), compra de matéria-prima (EGF) e realização de investimentos em inovação tecnológica e renovação do parque fabril (FINEP/FINIMP).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos quadros a seguir, pode-se observar a composição total dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos	Consolidado		
	2017	2016	2015
Em moeda nacional			
Debentures	387.117	298.699	226.601
FINEP	2.983	4.782	7.328
BNDES	262	379	496
EGF	5.244	2.036	1.503
Capital de giro	4.722	34.462	18.771
Leasing	0	0	215
Em moeda estrangeira			
ACC	0	1.639	4.712
Leasing	0	3.479	-
Total geral	<u>400.328</u>	<u>345.476</u>	<u>259.626</u>
Circulante	396.088	338.614	246.901
Não circulante	<u>4.240</u>	<u>6.862</u>	<u>12.725</u>
	<u>400.328</u>	<u>345.476</u>	<u>259.626</u>

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As linhas de crédito destinadas a financiamentos de investimentos e capital de giro estão cobertas por garantias reais, fianças e avais. Operações de empréstimos e financiamentos das controladas contam com aval da controlada e/ou aval de diretores.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limite de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures possuem as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente:

- ✓ Relação entre dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 4,0 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014;
- ✓ Relação entre EBITDA e despesa financeira líquida maior ou igual a 1,7 vezes para todos os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014;
- ✓ Relação entre ativo circulante e passivo circulante igual ou superior a 1,2 vezes para todos os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2014.

Em razão do não atingimento dos índices financeiros de “*covenants*” contratualmente estabelecidos, seguindo orientação de seus auditores externos a Companhia optou por classificar a totalidade da dívida em seu passivo circulante.

Desde então, vem desenvolvendo contínuos esforços junto às instituições financeiras credoras, no sentido de renegociar termos e condições dos valores devidos, porém até 31 de dezembro de 2017 o status permanece inalterado.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:

Demonstração do Resultado do Exercício – Consolidado:

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2015	AV %	2016	AV %	Variação 2016-2015	%	2017	AV %	Variação 2017-2016	%
Receita operacional líquida	262.713	100,0	311.270	100,0	48.557	18,5	309.776	100,0	(1.494)	(0,5)
Custo dos produtos vendidos	(159.461)	(60,7)	(200.089)	(64,3)	(40.628)	25,5	(186.582)	(60,2)	13.507	(6,8)
Lucro bruto	103.252	39,3	111.181	35,7	7.929	7,7	123.194	39,8	12.013	10,8
Receitas (despesas) operacionais										
Com Vendas	(67.873)	(25,8)	(78.906)	(25,3)	(11.033)	16,3	(72.745)	(23,5)	6.161	(7,8)
Gerais e Administrativas	(25.506)	(9,7)	(34.699)	(11,1)	(9.193)	36,0	(33.267)	(10,7)	1.432	(4,1)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.412	0,9	1.516	0,5	(896)	(37,1)	27.401	8,8	25.885	1.707,5
Lucro operacional antes do resultado financeiro	12.285	4,7	(908)	(0,3)	(13.193)	(107,4)	44.583	14,4	45.491	(5.010,0)
Resultado Financeiro										
Receitas financeiras	7.730	2,9	10.627	3,4	2.897	37,5	4.241	1,4	(6.386)	(60,1)
Despesas financeiras	(69.098)	(26,3)	(105.904)	(34,0)	(36.806)	53,3	(101.790)	(32,9)	4.114	(3,9)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.083)	(18,7)	(96.185)	(30,9)	(47.102)	96,0	(52.966)	(17,1)	43.219	(44,9)
Imposto de renda e contribuição social										
Do exercício	(105)	(0,0)	0	0,0	105	(100,0)	0	0,0	0	0,0
Diferidos	(376)	(0,1)	(394)	(0,1)	(18)	4,8	52.441	16,9	52.835	(13.409,9)
Resultado líquido das operações em continuidade	(49.564)	(18,9)	(96.579)	(31,0)	(47.015)	94,9	(525)	(0,2)	96.054	(99,5)
Operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(49.564)	(18,9)	(96.579)	(31,0)	(47.015)	94,9	(525)	(0,2)	96.054	(99,5)

Comparação das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:

Balanco Patrimonial - Consolidado

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

Em 31 de dezembro de										
Balanco Patrimonial (em milhares de Reais, exceto percentuais)	2015	AV %	2016	AV %	Varição 2016 - 2015	%	2017	AV %	Varição 2017 - 2016	%
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	3.835	1,39	1.658	0,53	(2.177)	(56,8)	1.667	0,52	9	0,5
Aplicações Financeiras	5.978	2,16	5.354	1,70	-	0,0	3.180	0,99	(2.174)	0,0
Contas a receber de clientes	77.786	28,10	90.867	28,88	13.081	16,8	109.981	34,08	19.114	21,0
Estoques	52.321	18,90	64.010	20,35	11.689	22,3	56.909	17,63	(7.101)	(11,1)
Tributos a recuperar	11.542	4,17	10.471	3,33	(1.071)	(9,3)	5.101	1,58	(5.370)	(51,3)
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Outros contas a receber	2.063	0,75	4.015	1,28	1.952	94,6	6.792	2,10	2.777	69,2
Ativos mantidos para venda	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Total do Circulante	153.525	55,46	176.375	56,06	22.850	14,9	183.630	56,90	7.255	4,1
NÃO CIRCULANTE										
Tributos a recuperar	356	0,13	460	0,15	104	29,2	451	0,14	(9)	(2,0)
Depósitos judiciais	1.014	0,37	518	0,16	(496)	(48,9)	594	0,18	76	14,7
Outras contas a receber	3.559	1,29	3.700	1,18	141	4,0	5.068	1,57	1.368	37,0
Investimentos em controladas	-	0,00	-	0,00	-	0,0	-	0,00	-	0,0
Imobilizado	105.233	38,01	119.749	38,06	14.516	13,8	119.749	37,11	-	0,0
Ativos biológicos	460	0,17	460	0,15	-	0,0	164	0,05	(296)	(64,3)
Intangível	12.677	4,58	13.340	4,24	663	5,2	13.066	4,05	(274)	(2,1)
Total do Não Circulante	123.299	44,54	138.227	43,94	14.928	12,1	139.092	43,10	865	0,6
TOTAL DO ATIVO	276.824	100,00	314.602	100,00	37.778	13,6	322.722	100,00	8.120	2,6
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO										
CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	246.901	89,19	338.614	107,63	91.713	37,1	396.088	122,73	57.474	17,0
Fornecedores	18.163	6,56	18.180	5,78	17	0,1	24.842	7,70	6.662	36,6
Obrigações sociais e trabalhistas	13.253	4,79	22.512	7,16	9.259	69,9	20.396	6,32	(2.116)	(9,4)
Impostos e contribuições a recolher	37.956	13,71	60.699	19,29	22.743	59,9	10.531	3,26	(50.168)	(82,7)
Dividendos a pagar	0	0,00	0	0,00	-	0,0	0	0,00	-	0,0
Outras contas a pagar	29.241	10,56	32.681	10,39	3.440	11,8	32.683	10,13	2	0,0
Total do Circulante	345.514	124,81	472.686	150,25	127.172	36,8	484.540	150,14	11.854	2,5
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	12.725	4,60	6.862	2,18	(5.863)	(46,1)	4.240	1,31	(2.622)	(38,2)
Fornecedores	0	0,00	0	0,00	-	0,0	0	0,00	-	0,0
Provisão para contingências	9.903	3,58	19.641	6,24	9.738	98,3	17.742	5,50	(1.899)	(9,7)
Tributos diferidos	22.403	8,09	22.797	7,25	394	1,8	20.634	6,39	(2.163)	(9,5)
Outras contas a pagar	2.110	0,76	1.931	0,61	(179)	(8,5)	3.754	1,16	1.823	94,4
Total do Não Circulante	47.141	17,03	51.231	16,28	4.090	8,7	46.370	14,37	(4.861)	(9,5)
Patrimônio líquido										
Capital social	100.024	36,13	100.024	31,79	-	0,0	100.024	30,99	-	0,0
Ajustes de avaliação patrimonial	23.759	8,58	23.759	7,55	-	0,0	23.759	7,36	-	0,0
Reservas de Capital	3.087	1,12	6.182	1,97	3.095	0,0	7.832	2,43	1.650	0,0
Prejuízos acumulados	(242.701)	(87,67)	(339.280)	(107,84)	(96.579)	39,8	(339.803)	(105,29)	(523)	0,2
Total Patrimônio Líquido	(115.831)	(41,84)	(209.315)	(66,53)	(93.484)	80,7	(208.188)	(64,51)	1.127	(0,5)
TOTAL DO PASSIVO	276.824	100,00	314.602	100,00	37.778	13,6	322.722	100,00	8.120	2,6

10.2 Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia advém das vendas dos produtos de cama, mesa, banho e decoração.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não se aplica.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida total em 2017 apresentou uma redução de R\$ 1.494 mil, decorrente principalmente, devido a retração do mercado e não dos motivos mencionados acima.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O impacto da inflação aconteceu na maioria dos itens de custo de produção. As matérias primas importadas ou do mercado nacional tiveram aumento ao longo do ano, mas a empresa buscou minimizar o impacto com forte negociação de preços, não resultando em significativo impacto no balanço.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há normas IFRS's ou interpretações IFRIC que tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há normas IFRS's ou interpretações IFRIC que tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não possuíram ressalvas nos períodos 2015, 2016 e 2017.

10.5. Políticas contábeis críticas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão contemplados abaixo:

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A companhia avaliou a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos clientes vencidos há mais de trinta dias, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber e concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

- **Provisão para perdas em estoque**

A provisão para perdas em estoques considerou estoques de produtos de coleções sem movimentação acima de 180 dias em que há baixa expectativa de realização e/ou realização com margem negativa, e matéria-prima sem movimentação a mais de 90 dias, onde leva-se em consideração o histórico de perda.

- **Recuperabilidade (Impairment) do ativo imobilizado e do ativo intangível**

A companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado e do ativo intangível, marcas e patentes, através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por autores renomados mundialmente como Aswath Damodaram e Roger G. Ibbotson, dentre outros. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos.

- **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia apresentou prejuízos contábeis fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição do imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do

exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- **Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

- **Incentivos Fiscais**

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre apuração fiscal.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.8 Plano de negócios

Não se aplica.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não se aplica.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481 17/12/09)

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentada em função da apuração de prejuízo da Companhia no exercício findo em 31/12/2017.

ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO
(ITEM 12.5 a 12.10 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)

12.5 Composição e experiência profissional da administração e conselho fiscal

Nome	Data Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções	Eleito pelo Controlador	Mandat os Consec utivos
Márcio L. Bertoldi	23/02/1971	Advogado	745.415.959-15	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	22/09/2014	29/09/2014	abr/19		Sim	2
Alvin Rauh Neto	04/06/1964	Engenheiro Têxtil	542.590.969-15	Diretor Comercial	22/09/2014	29/09/2014	abr/19		Sim	2
João Karsten Neto	10/04/1961	Administrador de Empresas	494.072.529-49	Conselho de Administração	27/02/2015	27/02/2015	abr/19		Sim	2
Carlos Odebrecht	25/04/1942	Economista e Engenheiro Químico	005.346.929-15	Presidente do Conselho de Administração	27/02/2015	27/02/2015	abr/19		Sim	2
Armando Cesar Hess de Souza	04/09/1957	Administrador de Empresas	351.739.559-53	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	27/02/2015	27/02/2015	abr/19		Sim	2

i. e ii. Principais experiências profissionais e cargos de administração em outras sociedades e organizações

MÁRCIO L. BERTOLDI

Advogado. Formado em Direito pela UFSC. Especialização e Mestrado em Direito Tributário pela UFSC e USP. MBA pela Fundação Dom Cabral. É Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores da Karsten desde 2014. Atualmente, é também DRE e CFO da empresa Têxtil RenauxView S.A.

ALVIN RAUH NETO

Engenheiro Têxtil. Formado pela Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, da Fundação de Ciência Aplicadas – FCA. Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Fritz Muller- Blumenau. MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em

Gestão de Marketing pela Fundação Dom Cabral e Kellog – USA. Trabalhou como Gerente de produção na Karsten entre os anos de 1990 e 1993. Foi Diretor Industrial na empresa Buettner e Diretor Superintendente de Unidade de Negócios na Vicunha. Retornou a empresa em 1999, onde ocupou o cargo de Diretor Industrial. Foi eleito Diretor Comercial e em 2009 assumiu a Presidência. Em 2014 voltou a assumir o cargo de Diretor Comercial.

JOÃO KARSTEN NETO

Administrador de Empresas formado pela Universidade Regional de Blumenau. Pós-Graduação em Marketing pela Colorado State University/USA. Iniciou suas atividades na Karsten no ano de 1980. Foi eleito Diretor em 1990 e Diretor Comercial em 1998, cargo que ocupou até 2006. Em 2007 foi eleito Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até dezembro de 2014. Por dois meses ocupou o cargo de Secretário do C.A. e a partir de fevereiro de 2015 passou a ocupar o cargo de Membro (efetivo) do C.A. Também é membro do conselho da Abit e Acib e da diretoria do Sintex.

CARLOS ODEBRECHT

Economista pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná. Engenheiro Químico pela Escola Superior de Engenharia de Reutlingen/Alemanha. Iniciou suas atividades na Karsten em 1967 como Químico Têxtil. Em 1973 foi eleito Diretor Técnico, cargo que ocupou até 1990. Entre 1974 e 1998, ocupou o cargo de Diretor da Fiovale S/A Indústria e Comércio de Fios Têxteis, quando a empresa foi incorporada à Karsten S.A. Em 1990 foi eleito Diretor Vice-presidente e em 1998 Diretor Presidente, cargo que ocupou até 2006. Ocupou o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração entre 1990 e 2015, quando foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Administrador de Empresas formado pela FURB. Especializações em Gestão Avançada, Gestão Estratégica e Pessoas e Relações Comerciais no Mundo Globalizado, pela Fundação Dom Cabral, INSEAD (França), e Antai School of Management (Shanghai, China). É Diretor Presidente da Karsten desde 2014, eleito Vice-presidente do Conselho de Administração em

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

2015. Atualmente também é Diretor Presidente da empresa Têxtil Renauxiew S.A. Foi Presidente da Dudalina e Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.6 Percentual de participações nas reuniões

Nome	Cargo Eletivo Ocupado	% de Participação
Carlos Odebrecht	Presidente do Conselho de Administração	100%
Armando Cesar Hess de Souza	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	100%
João Karsten Neto	Conselho de Administração	100%

12.7/8 Composição dos comitês

Não se aplica.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não se aplica.

12.10 Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de Relação	Tipo de Pessoa Relacionada
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Diretor Comercial			
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Diretor Comercial			

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

<u>Administrador do emissor</u>			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Vice Presidente do C.A. e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Vice Presidente do C.A. e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Vice Presidente do C.A. e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Vice Presidente do C.A. e Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Diretor Comercial			

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO 2018

<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Diretor Comercial			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Diretor Comercial			

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(ITEM 13 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo próprio conselho em atenção aos limites estipulados pela AGO/E e percentual variável vinculado ao resultado.

Conselho Consultivo: Não se aplica.

Diretores: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo Conselho de Administração, em atenção aos limites estipulados pela AGO/E, e percentual variável vinculado ao resultado.

Conselho Fiscal: Não se aplica.

b. Composição da remuneração, indicando

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos na forma de salário e percentual variável vinculado ao resultado.

Diretores: Honorários mensais fixos na forma de salário e percentual variável vinculado ao resultado.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2015, 2016 e 2017 a remuneração média da Diretoria foi composta de 100% de remuneração mensal fixa e 0,00% na forma de remuneração variável vinculada ao resultado.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa dos administradores observa as práticas mercadológicas auferidas através de pesquisas direcionadas, conjugadas com os percentuais estipulados pela categoria de classe e os limites estipulados pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração variável, peculiar à Diretoria e ao Conselho de Administração, vincula-se exclusivamente aos limites estatutários e contratuais.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir às práticas de mercado aplicáveis para esse nível de executivos.

Diretores: Os componentes fixos devem seguir práticas de mercado aplicáveis para esse nível de executivos e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não se aplica.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Diretores: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Diretores: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Karsten S.A. e Empresas Controladas
Proposta da Administração AGO 2018

Conselho de Administração			
Ano	2015	2016	2017
Membros/ano	3	3	3
Salário	1.022.498	1.151.062	1.224.870
Plano de Saúde	38.335	42.820	72.971
Rem. Variável – Participação nos Resultados	ND	ND	ND
Rem. Variável – Prestação de Avais	-	-	-
Remuneração/ano	1.060.833	1.193.882	1.297.841

Diretoria			
Ano	2015	2016	2017
Membros/ano	5	4,75	3,58
Salário	3.460.297	3.538.009	2.910.733
Plano de Saúde	49.749	48.464	29.306
Rem. Variável – Outros	ND	ND	ND
Rem. Variável – Participação nos Resultados	ND	ND	ND
Remuneração/ano	3.510.046	3.586.473	2.940.039

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conselho de Administração			
Ano	2015	2016	2017
Participação nos Resultados Máxima	-	-	-
Participação nos Resultados Mínima	-	-	-
Reconhecida	-	-	-

Diretoria			
Ano	2015	2016	2017
Participação nos Resultados Máxima *	-	-	-
Participação nos Resultados Mínima	-	-	-
Reconhecida	-	-	-

* 10% do Resultado Líquido do Exercício

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O presente Plano de Incentivo de Longo Prazo – Opção de Compra de Ações é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

1. Objetivos do Plano Geral de Opção de Compra de Ações

1.1. O Plano Geral tem por objeto a outorga de opções (“**Opção**” ou “**Opções**”) para a aquisição de ações da Karsten S.A, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob 82.640.558/0001-04, com sede no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Johann Karsten, nº 260, Bairro Testo Salto (“**Karsten**” ou “**Sociedade**”), visando a retenção e o reconhecimento do desempenho de determinados administradores da Sociedade (“**Beneficiários**”), além de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Sociedade, alinhados aos interesses de seus acionistas e administradores, permitindo a estes últimos adquirir ações nos termos e condições previstos neste Plano Geral de Opção de Compra de Ações (“**Plano Geral**”).

2. Administração do Plano Geral

2.1. A administração do Plano Geral competirá ao conselho de administração da Karsten.

2.2. Obedecidos os termos e condições do Plano Geral, o conselho de administração terá amplos poderes para:

- a) tomar todas as medidas necessárias e adequadas à administração do Plano Geral, inclusive no que se refere à interpretação, detalhamento e aplicação das normas gerais do Plano Geral ora estabelecidas;
- b) observado o disposto no Plano Geral e as quantidades nele previamente fixadas, outorgar as Opções aos Beneficiários;
- c) estabelecer as normas apropriadas para a outorga da Opção a cada um dos Beneficiários;
- d) modificar os termos e condições das Opções outorgadas, unicamente com o objetivo de adaptá-las a eventuais exigências que vierem a ser feitas por alteração das legislações societárias e/ou fiscal; e,

e) autorizar os diretores da Sociedade a firmar os Contratos de Opção com os diversos Beneficiários indicados pelo conselho de administração, bem como, quando exercida a Opção pelos mesmos, tomar as medidas para que sejam emitidas novas ações da Sociedade dentro do limite do capital autorizado ou autorizar a alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano Geral.

2.3. No exercício de sua competência, o conselho de administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei e no Plano Geral.

2.4. As Opções outorgadas nos termos do Plano Geral, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

3. Opções de Compra

3.1. Aspectos Gerais das Opções

3.1.1. As Opções atribuirão ao Beneficiário o direito ao recebimento de um determinado número de ações de emissão da Karsten, conforme detalhado na Cláusula 5 abaixo. O presente Plano Geral permitirá que o conselho de administração da Sociedade aplique um único programa de opção de compra de ações de emissão da Karsten. As Opções serão outorgadas pelo conselho de administração aos Beneficiários até o dia 31 de dezembro de 2014.

3.2. Limite Quantitativo

3.2.1. A outorga de Opções dentro do Plano Geral conferirá direitos sobre um número de ações de emissão da Karsten, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais.

3.3. Prazo de Carência para Exercício das Opções, Percentual de Opções e Vedação Temporária de Negociação

3.3.1. As Opções de compra somente poderão ser exercidas nos seguintes prazos e proporções:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das Opções	Prazos de Carência para o Exercício das Opções	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários

3.3.2 Os Beneficiários que pretenderem exercer as Opções que lhes foram outorgadas deverão fazê-lo no prazo de até 30 dias após a data das respectivas assembleias gerais da Karsten descritas na Cláusula 3.3.1 acima.

3.3.3 As Opções não exercidas no prazo retro descrito perderão automaticamente sua validade.

3.3.4 Relativamente as ações decorrentes do Plano Geral, nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Sociedade até que a sua Opção seja devidamente exercida.

3.3.5 As ações recebidas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções não poderão ser negociadas com terceiros nos 12 (doze) meses seguintes ao de sua aquisição, de forma que o risco pelo ganho ou perda sobre as ações adquiridas nos termos do Plano Geral será exclusivamente dos Beneficiários.

3.4. Preço no Exercício da Opção

3.4.1. O preço a ser pago para a Sociedade quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações. Exemplificativamente, para o Primeiro Período para aquisição do direito ao Exercício das Opções (Cláusula 3.3.1 acima), relativo ao exercício de 2016, o preço de exercício de Opções referente a 10.000 ações Karsten será calculado da seguinte forma:

- preço de exercício de Opções de 10.000 ações Karsten = $[(ROL\ 2014 + ROL\ 2015 + ROL\ 2016) \div (LB\ 2014 + LB\ 2015 + LB\ 2016)] \times 80\%$

- onde, ROL é igual receita operacional líquida do respectivo exercício social e LB é igual ao lucro bruto apurado no respectivo exercício social.

3.4.2 O preço das Opções deverá ser pago pelo Beneficiário à vista, em dinheiro, e em até 30 dias após o respectivo exercício do direito.

3.5. Forma de Outorga das Opções

3.5.1. A outorga das Opções far-se-á mediante celebração do “Contrato de Opção” e seu exercício far-se-á mediante notificação por escrito enviada pelo Beneficiário à Sociedade, nos termos e condições a serem estabelecidos pelo conselho de administração.

4. Beneficiários

4.1. São elegíveis para participar do Plano Geral os Beneficiários indicados pelo conselho de administração da Karsten.

4.2. Caberá ao conselho de administração a fixação e a distribuição das Opções entre os Beneficiários.

5. Condições para o Exercício das Opções e Quantidade de Ações atribuíveis aos Beneficiários por Período

5.1. A quantidade de ações a que fará jus cada Beneficiário será determinada por períodos, conforme especificado na Cláusula 3.3.1 acima, e o direito ao seu efetivo exercício estará condicionado ao atingimento de determinadas metas, conforme abaixo descrito.

5.1.1 O primeiro período de aquisição compreende o exercício social de 2016. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da Karsten de até 1.502.167 ações ordinárias e de até 1.736.263 ações preferenciais, o que corresponderá a até 31,25% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA), apurado no exercício de 2016, seja superior ao valor de R\$ 47.300.000,00 (Quarenta e sete milhões e trezentos mil reais);

b) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2016 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 5,6 vezes o EBITDA gerado no período;

c) do total de 31,25 %, 10,41% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa em 31 de dezembro de 2016 seja de no mínimo 62%, apuração essa que será efetuada segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.1.2 O segundo período de aquisição compreende o exercício social de 2017. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da

Karsten de até 1.502.167 ações ordinárias e de até 1.736.263 ações preferenciais, o que corresponderá a até 31,25% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a.) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA) seja superior aos valores de R\$ 54.600.000,00 (Cinquenta e quatro milhões e seiscentos mil reais) no exercício social de 2017.

b) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2017 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 4,6 vezes o EBITDA gerado no período de 2017.

c) do total de 31,25%, 10,41% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa, apurado em 31 de dezembro de 2017, seja de no mínimo 64% segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.1.3 O terceiro período de aquisição compreende o exercício social de 2019. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da Karsten de até 1.802.601 ações ordinárias e de até 2.083.515 ações preferenciais, o que corresponderá a até 37,50% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA) seja superior aos valores de R\$ 67.000.000,00 (Sessenta e sete milhões de reais) no exercício social de 2019.

b) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2019 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 3,2 vezes o EBITDA gerado no período de 2019.

c) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa, apurado em 31 de dezembro de 2019, seja de no mínimo 67% segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.2. Caso as metas acima citadas sejam parcialmente alcançadas, os Beneficiários poderão exercer as Opções nas proporções efetivamente alcançadas. Em qualquer caso, o exercício proporcional das Opções está condicionado ao atingimento mínimo de 75% das metas estabelecidas. Exemplificativamente, para que o Beneficiário tenha direito a proporcionalidade sobre o percentual de que trata a letra “c” da Cláusula 5.1.3 acima deverá ser atingido o percentual mínimo de 50,25%.

5.3. Nenhuma ação de emissão da Sociedade será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

6. Permanência no Cargo

6.1. Nenhuma disposição do Plano Geral conferirá a qualquer Beneficiário direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato como membro da administração da Sociedade, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Sociedade em destituí-lo(a), nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

7. Desligamentos

7.1. Na hipótese de desligamento de qualquer beneficiário, por qualquer razão, inclusive por vontade própria ou morte do Beneficiário, perecem automaticamente todos os direitos de exercer as Opções outorgadas e ainda não exercíveis. As Opções de compra já exercíveis na data do desligamento poderão ser exercidas, desde que observado o prazo de 30 (trinta) dias de que trata a Cláusula 3.3.2 acima, perecendo o direito após esse prazo. As Opções outorgadas ao Beneficiário desligado e ainda não exercíveis na data do desligamento serão

automaticamente redistribuídas entre os demais beneficiários pelo conselho de administração, hipótese em que as mesmas continuarão sujeitas a todas as cláusulas e condições contidas neste instrumento.

8. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

8.1. Sendo exercida a Opção no primeiro semestre de um determinado exercício social, as ações correspondentes farão jus a 100% dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social em que for exercida a Opção, e sendo exercida a Opção no segundo semestre de um determinado exercício social, as ações farão jus a 50% dos referidos dividendos e juros sobre capital próprio.

9. Disposições Diversas

9.1. Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Sociedade, o Plano Geral e as Opções com base nele concedidas serão automaticamente extintas.

9.2. A existência do Plano Geral e das Opções outorgadas não impedirá operações de reorganização societária envolvendo a Sociedade, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. A assembleia geral e as empresas envolvidas em tais operações deliberarão sobre os ajustes cabíveis por equidade, para proteger os legítimos interesses dos Beneficiários, podendo determinar, mas não limitado a:

- a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da empresa sucessora da Sociedade;
- b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou,
- c) a recompra das ações.

9.3. Caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Sociedade, envolvendo um desdobramento, grupamento, bonificação em ações, emissão de ações por capitalização

de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas ações, o conselho de administração da Karsten deverá ajustar o Plano Geral às modificações ocorridas nas ações objeto das Opções não exercidas pelos seus titulares.

9.4. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente, mediante declaração escrita, aos termos do Plano Geral, sem qualquer ressalva.

9.5 Os casos omissos no Plano Geral serão regulados pelo conselho de administração da Sociedade.

9.6 O Plano Geral entrará em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Karsten e permanecerá em vigor até que sejam cumpridas todas as disposições nele previstas.

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.6. Informações sobre opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.8. Informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica.

13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Não se aplica.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho da administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Conselho de Administração			
Ano	2015	2016	2017
Membros/ano	3	3	3
Menor Remuneração	8.466	9.302	10.197
Maior Remuneração	34.620	38.041	41.700
Remuneração/ano	1.060.833	1.193.882	1.297.841
Remuneração Média	88.403	99.490	108.153

Diretoria			
Ano	2015	2016	2017
Membros/ano	5	4,75	3,58
Menor Remuneração	42.940	47.182	51.721
Maior Remuneração	64.410	70.774	96.644
Remuneração/ano	3.510.046	3.586.473	2.940.039
Remuneração Média	292.504	298.873	245.003

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Karsten S.A. e Empresas Controladas
Proposta da Administração AGO 2018

Conselho de Administração			
Ano	2015	2016	2017
Remuneração total/ano	1.060.833	1.193.882	1.297.841
Rem. - Partes Relacionadas/ano	1.060.833	1.193.882	1.297.841
Percentual - Partes Relacionadas	100,00%	100,00%	100,00%

Diretoria			
Ano	2015	2016	2017
Remuneração total/ano	3.510.046	3.586.473	2.940.039
Rem. - Partes Relacionadas/ano	2.752.685	3.120.591	2.940.039
Percentual - Partes Relacionadas	78,42%	87,01%	100,00%

Conselho Fiscal

Não se aplica

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica

13.15. Remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Conselho de Administração			
Ano	2015	2016	2017
Salário / Pró-labore / Ano	1.022.498	1.151.062	1.224.870
Rem. Variável/ Participação nos resultados	ND	ND	ND

Diretoria			
Ano	2015	2016	2017
Salário / Pró-labore / Ano	3.460.297	3.538.009	2.910.733
Rem. Variável/ Participação nos resultados	ND	ND	ND

13.16. Outras informações relevantes

Não se aplica.